

PROCESSO TCE Nº 18.949.2014-80  
ENTIDADE: Instituto Sócio Educativo do Estado do Acre  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas do Instituto Sócio Educativo do Estado do Acre, exercício de 2013.  
RESPONSÁVEL: José Henrique Corinto de Moura (Diretor-Presidente)  
PROCURADOR: -  
RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

### ACÓRDÃO Nº 11.097/2019/PLENÁRIO

**EMENTA:** Prestação de Contas. Regular com Ressalva. Instituto Sócio Educativo do Estado do Acre. Impropriedades e Falhas formais na contabilidade. Ausência de documentos de estilo e obrigatórios. Inconsistência no Inventário Geral de Bens Móveis. Abertura de Processo Autônomo para apurar em separado valor e execução da obra do Centro do ISE unidade Feijó. Notificação. Dar ciência da decisão. Arquivamento.

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1)** com fulcro no Art. 51, inciso II, da LCE/TCE/AC nº 38/1993, considerando **Regular com Ressalva** a Prestação de Contas do Instituto Sócio Educativo do Estado do Acre-ISE, referente ao exercício orçamentário e financeiro de 2013, de responsabilidade do Senhor **José Henrique Corinto de Moura**, responsável pela gestão do **ISE**, valendo como ressalva: **a)** Pagamento sem amparo legal, no montante de R\$ 217.682,66, à empresa Age Construções e Comércio Ltda. No decorrer da defesa o gestor responsável conseguiu comprovar a legalidade do pagamento, fincado sanada tal irregularidade, segundo entendimento da 3ª IGCE (fl. 338); **b)** Ausência de demonstrativos, por conta bancária, de aplicações financeiras, com destaque para a movimentação dos valores aplicados, resgatados e os rendimentos auferidos. A área

técnica considerou como falhas formais, recomendando às devidas correções (fl. 339); **c)** Divergência entre os valores registrados na conta Aquisição de Bens Móveis da DVP e o total apresentado como entradas no período. Caracterizado pela área técnica como falhas formais (fl. 341); **d)** Divergência de R\$ 1.770.658,75 entre o valor registrado na conta almoxarifado, nas variações ativas da DVP, e a soma dos valores dos bens recebidos no setor de almoxarifado, considerado pela área técnica como irregular (fl. 341), no entanto, como não ficou caracterizado dano ao erário, considera-se como falha formal; **e)** Divergência, no montante de R\$ 156.971,91, entre o valor registrado na conta Incorporação de Bens Móveis da DVP e o total indicado como entrada, considerado pela área técnica como irregular (fl. 342), no entanto, como não ficou caracterizado como dano ao erário, considera-se como falha formal; **f)** Divergência de R\$ 116.267,85 entre o valor registrado na conta Desincorporação de Bens Móveis da DVP e o total apresentado como saídas em documentos, considerado pela área técnica como irregular (fl. 342), no entanto, como não ficou caracterizado como dano ao erário, considera-se falha formal; **g)** Saldo de bens móveis a ajustar, no montante de R\$ 790.195,54, considerado pela área técnica como falhas formais (fl. 342); **h)** Ausência de comprovação de bens imóveis, no montante de R\$ 14.608.426,93, considerado pela área técnica como falhas formais (fl. 344); **i)** Atividade de chefe do setor financeiro e contador do ISE desempenhada pela mesma pessoa, ferindo o princípio da segregação de funções, considerado como falhas formais (fl. 344); **j)** O Rol de Responsáveis informa parcialmente os dados dos responsáveis (fl. 344); **k)** O Relatório Circunstanciado não atende as exigências contidas na Resolução TCE/AC nº 062/2008; **l)** Inconsistência no Inventário Geral de Bens Móveis. No entanto, a questão de atualização do Inventário tem o limite para atualização a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme Portaria STN nº 548/2015 (fl. 345/346); **m)** Com relação a Construção do Centro Sócio Educativo de Feijó foi juntada aos autos uma defesa específica (fls. 359/361), afastando qualquer irregularidade<sup>1</sup> na gestão do Senhor José Henrique Corinto de Moura (fl. 366). No entanto, a referida obra ultrapassou vários exercícios e teve o preço alterado de R\$ 3.716.664,27 para R\$ 6.331.505,47,

<sup>1</sup> Período de Gestão do José Henrique Corinto de Moura (início: 16.01.2012 a 01.04.2014)  
Processo nº 18.949.2014-80 Acórdão nº 11.097/2019/PLENÁRIO

que durou de 2009 a 2017. Nesse período a obra sofreu interdições, contratos rescindidos até ser concluída, além da majoração do valor. A 3ª IGCE recomenda a abertura de processo autônomo para análise em separado da Construção do Centro, tendo em vista que todos os contratos celebrados foram para o mesmo objeto. **2)** Pela **notificação** do atual Presidente do **ISE**, para tomar conhecimento desta decisão e do apurado pela DAFO/3ªIGCE, a fim de que promova as correções, **ponto a ponto**, das impropriedades apresentadas, caso ainda persistam e de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade legal. **3)** Abertura de processo autônomo para apurar em separado o verdadeiro valor gasto na construção do Centro Sócio Educativo de Feijó, considerando todos os contratos celebrados para o mesmo objeto, de 2009 a 2017, com o objetivo de quantificar possível dano ao erário e os responsáveis, caso haja dano; **4 )** Determinar para que a DAFO/3ª IGCE acompanhe concomitantemente a movimentação do procedimento preparatório nº 1.10.000.000514/2013-96 que tramita no Ministério Público do Estado do Acre, relacionado com a obra; **5)** Dar conhecimento do teor desta decisão, aos interessados qualificados neste processo, vistos às folhas 197, dos autos. **6)** Dar **ciência** ao Governador do Estado do Acre e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre para tomar conhecimento do teor desta decisão. **Decisão:** o Colegiado decidiu ainda, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira Relatora **Naluh Maria Lima Gouveia**. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco-Acre, 24 de janeiro de 2019

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**  
Presidente do TCE/AC

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**  
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Farias**

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**

Fui presente:

**Sérgio Cunha Mendonça**

Procurador – Chefe do MPE/TCE/AC

PROCESSO TCE Nº 18.949.2014-80  
ENTIDADE: Instituto Sócio Educativo do Estado do Acre  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas do Instituto Sócio Educativo do Estado do Acre, exercício de 2013.  
RESPONSÁVEL: José Henrique Corinto de Moura (Diretor-Presidente)  
PROCURADOR: -  
RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

## RELATÓRIO

1) Cuidam os autos da Prestação de Contas do Instituto Sócio Educativo do Estado do Acre, exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor **José Henrique Corinto de Moura (Diretor-Presidente)**, tendo o Senhor **Ariston Ramos Cruz Junior**, responsável pela contabilidade com o CRC: AC-001925/0-1. A Prestação de Contas foi protocolada neste Tribunal no dia 30 de abril 2014(fl.02), nos termos constantes do Anexo IV da Resolução TCE nº 062/2008, por meio do OF/DEORFIN/ISE/Nº 191/2014. A referida prestação foi registrada e autuada no dia 19 de maio de 2014 conforme Certidão (fl. 107). O Relatório Técnico da DAFO/3ª IGCE apresenta os resultados obtidos por meio da análise da documentação, em conformidade com as exigências contidas na Resolução TCE/AC nº 062/2008, Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei Complementar (LRF) nº 101/2000 e demais Normas Contábeis adotadas na Administração Pública.

2) A análise técnica procedida pela DAFO/3ª IGCE, fls. 171/191; 219/230; 331/350 e 364/369, apurou os seguintes resultados:

a) **Rol dos Responsáveis** (fl.05) foi apresentado contendo o nome dos responsáveis pela gestão do ISE referente ao exercício de 2013. A instrução observou e registrou que o Senhor Ariston Ramos Cruz Ramos acumulou a função de Contador e Chefe do Financeiro, nesse período, que no âmbito da

Administração Pública não é recomendado essa prática<sup>2</sup>, tendo em vista que fere o princípio da segregação de funções. Outra falha constante no rol dos responsáveis é que o documento enviado informa apenas a data inicial do período de nomeação dos responsáveis, a 3ª IGCE recomenda a devida correção.

**b) Relatório Circunstanciado** (fls. 38/59) apresentado deixou de enviar informações detalhadas sobre os conceitos e objetivos de cada um dos programas e também informações sobre como ocorreu a interação entre o planejamento e a execução e neste sentido não atendendo de forma satisfatória o disposto no item VII, do Anexo VI, da Resolução TCE/AC nº 062/2008;

**c) Gestão Orçamentária** (fl. 81) para o exercício de 2013 o ISE recebeu autorização por meio da Lei Estadual nº 2.678/2012, para estimar a receita e fixar a despesa em R\$ 10.952.000,00. Com a suplementação de créditos o valor foi alterado para R\$ 15.996.492,99. Apurado pela 3ª IGCE a receita executada ficou em R\$ 8.689.606,11, com uma despesa de igual valor (fl. 175). A análise técnica da 3ª IGCE (fl. 175) constatou uma Declaração de Nada Consta sobre abertura de créditos adicionais, entretanto, quando comparado com o demonstrativo de Despesa Autorizada com a Realizada e o Demonstrativo dos Créditos Adicionais do SAFIRA verifica a liberação desses créditos, devido tal ocorrência a 3ª IGCE recomenda ao gestor corrigir a falha.

**d) Gestão Financeira** (fl. 182) indica um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 399.451,00<sup>3</sup>. Este valor está conciliado com os extratos bancários das contas movimentadas pelo ISE em 2013. Durante a instrução, a 3ª IGCE constatou a ausência de comprovação das aplicações financeiras, com destaque para os valores aplicados, resgatados e os rendimentos auferidos, contrariando a Resolução TCE/AC nº 062/2008, Item X, Anexo VI. Também foi

<sup>2</sup> IN nº 01, de 06/04/2001, Secretaria Federal de Controle Interno.

<sup>3</sup> c/c 8027-9 e 2121-3 visto às folhas 04/105-anexo 1.

registrado pela 3ª IGCE a ausência do extrato bancário do mês de dezembro do exercício (2013) e a respectiva conciliação da Conta nº 2434-4, dificultando a apuração do saldo dessa conta.

**e) Balanço Patrimonial** o resultado patrimonial do exercício de 2013 do ISE, apurado por meio do confronto das Variações Aumentativas com as Variações Diminutivas resultou em um superávit patrimonial de R\$ 282.676,78 (fl. 183). A 3ª IGCE fez as seguintes observações: **a)** divergência entre os valores registrados na conta Aquisição de Bens Móveis da DVP e o total apresentado como Entradas no Período (fl. 339); **b)** divergência de R\$ 1.770.658,75 entre o valor registrado na conta Almojarifado, nas Variações Ativas da DVP, e a soma dos valores dos bens recebidos no setor de almojarifado (fl. 341); **c)** divergência de R\$ 156.971,91 entre o valor registrado na conta incorporação de Bens Móveis na DVP e o total indicado como entrada (fl. 341); **d)** divergência de R\$ 116.267,85 entre o valor registrado na conta Desincorporação de Bens Móveis da DVP e o total apresentado como saídas (fl. 342); **e)** saldo de bens móveis a ajustar no valor de R\$ 790.195,54 (fl. 342); **f)** ausência de comprovação de bens imóveis no valor de R\$ 14.608.426,39 (fl. 342).

**f) Obras e Instalações** (fls. 176/181 e 333/338 e 365/368), que trata da contratação de empresa de engenharia para a construção do Centro Sócio Educativo – ISE, unidade do Município de Feijó, onde a 3ª IGCE catalogou as seguintes ocorrências: **a) Contrato nº 092/2009** – processo administrativo nº 0006714-0/2009 – Concorrência nº 43/2009 – CPL 01 – assinado em 29.09.2009 – Empresa AGE Construções e Comércio Ltda, com prazo de 10 meses, a partir da data da Ordem de Serviço, possuindo 03 Termos Aditivos com vigência até 30.06.2011 – valor inicial do Contrato R\$ 3.716.664,27; **b) Contrato nº 054/2010** – processo administrativo nº 0016665-6/2010 – Concorrência nº 041/2010 – assinado em 01.09.2010 – Empresa AGE Construções e Comércio Ltda, com prazo inicial de 06 meses, possuindo 04



Termos Aditivos – vigência até 04.08.2012 – valor inicial R\$ 1.089.409,95; **c) Contrato nº 035/2014** – assinado em 06.05.2014 e publicado no DOE nº 11.296 – Empresa Construbem Construções Ltda, tendo como objeto a contratação para execução dos serviços de complementação da construção do Centro Sócio Educativo de Feijó-Acre – com 08 Termos Aditivos e vigência até 22.11.2016 – valor do Contrato R\$ 470.984,74; **d) Contrato nº 015/2017** – Empresa Construbem Construções Ltda – Dispensa de Licitação, conforme documentos (fls. 307/319 -volume 2). Foi registrado pela 3ª IGCE que o desembolso total com a construção do Sócio Educativo – unidade Feijó, desde 2009 até 2017 foi da ordem de R\$ 6.331.505,47. O valor contratado inicial foi de R\$ 3.716.664,27. Quanto ao valor pago, para Empresa AGE Construções e Comércio de R\$ 217.682,66, após análise da defesa a 3ª IGCE, considerou dentro da legalidade (fls. 337/338), comprovando que não houve dano ao erário.

**g) Da representação** (fl. 338), em função da majoração do custo final da obra e a péssima qualidade dos serviços contribuindo para a insegurança das instalações do prédio (fl. 338), foi feita uma representação por parte da Câmara Municipal de Rio Branco junto ao Ministério Público Federal, que deu origem a instauração de Procedimento Preparatório nº 1.10.000.000514/2013-96, para apurar possíveis irregularidades na execução da obra do referido Centro. Para tanto, o Ministério Público Federal enviou para ser apurado pelo Ministério Público do Estado do Acre, em 26.06.2015, onde encontra-se em tramitação. Paralela a esta apuração a 3ª IGCE/DAFO, sugere, seja analisado todo período de execução da obra do Centro, separadamente, por meio de abertura de processo autônomo, considerando todos os contratos firmados, com o mesmo objeto.



**h) os responsáveis** regularmente citados para o contraditório (fls. 198/202/205), não aproveitaram a oportunidade, exceto o Senhor José Henrique Corinto de Moura que apresentou defesa visto às fls. 209 a 212; 243 a 330 e 359 a 361.

**3) Instada** a se manifestar sobre as defesas e justificativas aos autos, a 3ª IGCE, emitiu os Relatórios Técnicos Conclusivos de fls. 331/350 e 364/369, concluindo por apresentar irregularidades e ressalvas nas contas anuais do Instituto Sócio Educativo do Estado do Acre – ISE, exercício de 2013.

**4)** O Ministério Público de Contas manifestou-se, por duas ocasiões, junto a este Tribunal em pronunciamento da lavra do Procurador Doutor Mário Sérgio Neri de Oliveira (fls. 235/236 e 374/375).

**5)** Na forma regimental, os autos foram redistribuídos em 02 de fevereiro de 2017.

**É o relatório.**

Rio Branco – Acre, 14 de janeiro de 2019.

Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

Relatora

PROCESSO TCE Nº 18.949.2014-80  
ENTIDADE: Instituto Sócio Educativo do Estado do Acre  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas do Instituto Socioeducativo do Estado do Acre, exercício de 2013.  
RESPONSÁVEL: José Henrique Corinto de Moura (Diretor-Presidente)  
PROCURADOR: -  
RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

### VOTO

**O EXMA. SENHORA CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA  
(Relatora):**

**Com base no que foi apurado pela DAFO/3ª IGCE (fls. 331/350 e 364/369) e de tudo que consta nos autos descrevo abaixo as seguintes irregularidades:**

- a)** Pagamento sem amparo legal, no montante de R\$ 217.682,66, à empresa Age Construções e Comércio Ltda. No decorrer da defesa o gestor responsável conseguiu comprovar a legalidade do pagamento, findado sanada tal irregularidade, segundo entendimento da 3ª IGCE (fl. 338);
- b)** Ausência de demonstrativos, por conta bancária, de aplicações financeiras, com destaque para a movimentação dos valores aplicados, resgatados e os rendimentos auferidos. A área técnica considerou como falhas formais, recomendando às devidas correções (fl. 339);
- c)** Divergência entre os valores registrados na conta Aquisição de Bens Móveis da DVP e o total apresentado como entradas no período. Caracterizado pela área técnica como falhas formais (fl. 341);

- d)** Divergência de R\$ 1.770.658,75 entre o valor registrado na conta almoxarifado, nas variações ativas da DVP, e a soma dos valores dos bens recebidos no setor de almoxarifado, considerado pela área técnica como irregular (fl. 341), no entanto, como não ficou caracterizado dano ao erário, considera-se como falha formal;
- e)** Divergência, no montante de R\$ 156.971,91, entre o valor registrado na conta Incorporação de Bens Móveis da DVP e o total indicado como entrada, considerado pela área técnica como irregular (fl. 342), no entanto, como não ficou caracterizado como dano ao erário, considera-se como falha formal;
- f)** Divergência de R\$ 116.267,85 entre o valor registrado na conta Desincorporação de Bens Móveis da DVP e o total apresentado como saídas em documentos, considerado pela área técnica como irregular (fl. 342), no entanto, como não ficou caracterizado como dano ao erário, considera-se falha formal;
- g)** Saldo de bens móveis a ajustar, no montante de R\$ 790.195,54, considerado pela área técnica como falhas formais (fl. 342);
- h)** Ausência de comprovação de bens imóveis, no montante de R\$ 14.608.426,93, considerado pela área técnica como falhas formais (fl. 344);
- i)** Atividade de chefe do setor financeiro e contador do ISE desempenhada pela mesma pessoa, ferindo o princípio da segregação de funções, considerado como falhas formais (fl. 344);
- j)** O Rol de Responsáveis informa parcialmente os dados dos responsáveis (fl. 344);
- k)** O Relatório Circunstanciado não atende as exigências contidas na Resolução TCE/AC nº 062/2008;

- l) Inconsistência no Inventário Geral de Bens Móveis. No entanto, a questão de atualização do Inventário tem o limite para atualização a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme Portaria STN nº 548/2015 (fl. 345/346);
- m) Com relação a Construção do Centro Sócio Educativo de Feijó foi juntada aos autos uma defesa específica (fls. 359/361), afastando qualquer irregularidade<sup>4</sup> na gestão do Senhor José Henrique Corinto de Moura (fl. 366). No entanto, a referida obra ultrapassou vários exercícios e teve o preço alterado de R\$ 3.716.664,27 para R\$ 6.331.505,47, que durou de 2009 a 2017. Nesse período a obra sofreu interdições, contratos rescindidos até ser concluída, além da majoração do valor. A 3ª IGCE recomenda a abertura de processo autônomo para análise em separado da Construção do Centro, tendo em vista que todos os contratos celebrados foram para o mesmo objeto.

Em face do acima exposto, **voto**:

- 1) Pela **emissão de Acórdão**, com fundamento no inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **Regular com ressalva** a Prestação de Contas Anual do Instituto de Sócio Educativo do Acre-ISE, exercício de 2013 de responsabilidade do Senhor **José Henrique Corinto de Moura** (Diretor-Presidente no período de janeiro de 2012 a março de 2014), **valendo como ressalva** as impropriedades acima descritas nas alíneas “a” a “m”.
- 2) Pela **notificação** do atual Presidente do ISE, para tomar conhecimento desta decisão e do apurado pela DAFO/3ªIGCE, a fim de que promova as correções, ponto a ponto, das impropriedades apresentadas, caso ainda persistam e de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade legal.

<sup>4</sup> Período de Gestão do José Henrique Corinto de Moura (início: 16.01.2012 a 01.04.2014)  
Processo nº 18.949.2014-80 Acórdão nº 11.097/2019/PLENÁRIO

- 3) Abertura de processo autônomo para apurar em separado da construção do Centro Sócio Educativo de Feijó, considerando todos os contratos celebrados para o mesmo objeto, de 2009 a 2017, sendo a contratação inicial de R\$ 3.716.664,27 e o valor final de R\$ 6.331.505,47, com o objetivo de quantificar possível dano ao erário e os responsáveis, caso haja dano.
- 4) Determinar para que a DAFO/3ª IGCE acompanhe concomitantemente a movimentação do procedimento preparatório nº 1.10.000.000514/2013-96 que tramita no Ministério Público do Estado do Acre, relacionado com a obra.
- 5) Dar conhecimento do teor desta decisão, aos interessados qualificados neste processo, vistos à folha 197, dos autos.
- 6) Dar **ciência** ao Governador do Estado do Acre e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre para tomar conhecimento do teor desta decisão.
- 7) Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

È como VOTO.

Rio Branco – Acre, 24 de janeiro de 2019.

Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia  
Relatora

PROCESSO TCE Nº 18.949.2014-80  
ENTIDADE: Instituto Sócio Educativo do Estado do Acre  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas do Instituto de Meio Ambiente do Acre, exercício de 2013  
RESPONSÁVEL: José Henrique Corinto de Moura (Diretor-Presidente)  
PROCURADOR: -  
RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

### CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.351ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 24 de janeiro do corrente ano, presidida pelo Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria, Valmir Gomes Ribeiro, Antonio Jorge Malheiro, Ronald Polanco Ribeiro** e as Conselheiras **Dulcinéa Benício de Araújo e Naluh Maria Lima Gouveia** e a Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza** e como Representante do Ministério Público de Contas, o Procurador-Chefe Doutor **Sérgio Cunha Mendonça**. **Decisão:** O Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Naluh Maria Lima Gouveia**” (fl. 377).

Rio Branco-Acre, 06 de fevereiro de 2019.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**  
Relatora